



## Casa Preta Amazônia

A Casa Preta é uma organização comunitária, localizada na Ilha de Caratateua, região que tem característica turística e periférica na cidade de Belém. Em 14 anos de atuação, tem construído um histórico em articulação, fomento, formação e preservação cultural e ambiental em políticas públicas e políticas comunitárias com abordagem étnico racial entre territórios da Amazônia e de outros estados do Brasil como Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo.

No contexto do Capitalismo de vigilância, colonialismos de dados e ameaça à garantia de direitos na Amazônia Legal. A captura de dados digitais pelas grandes corporações-plataformas, seu uso e reuso em aplicações comerciais através de técnicas de análise de dados, deep learning, mineração de dados e mais recentemente inteligência artificial como forma de gerar novos negócios a partir de padrões e anomalias detectadas. As chamadas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) amplamente utilizadas na atualidade influenciam de forma direta na arena política, econômica, social, cultural, na natureza e em todos os espaços que possuem infraestrutura tecnológica de redes de internet. O atual debate entre o racismo e as câmeras de reconhecimento facial é escandaloso e vergonhoso, onde testemunhamos por exemplo, a opressão instaurada a partir do recurso tecnológico cometendo diversas injustiças afrontando a vida das pessoas e famílias negras.

Esse contexto nos escancara diversas ameaças a partir dos desdobramentos da criação, implementação e disseminação de novas tecnologias, capazes de capturar dados da natureza e da sociedade. O colonialismo de dados e o capitalismo de vigilância é uma rapinagem que afronta nossa liberdade de uma maneira velada nos aprisionando dentro de uma rede de consumo e imposição econômica; essa captura de nossos dados geram informações que são vendidas para outras empresas de forma segmentada, ou desenvolvem estratégias que moldam o comportamento dos humano; nos monitora e cria toda uma estrutura de serviços para fazer com que a gente crie uma dependência. Esse roubo e capturar de dados, está desde a nossa rotina aos recursos naturais de nossas florestas e territórios a partir do contexto de neoextrativismo de grandes empresas explorando minerais dentro dos territórios indígenas.

Empresas como Google, Facebook, Microsoft e Amazon, oferecem serviços gratuitos com o objetivo de coletar dados dos usuários, rastreando cada passo, cada hábito, desejos de consumo, pesquisas sobre temas de interesse, gerando perfis detalhados. A partir disso, essas empresas geram tecnologias preditivas, ou seja, tecnologias que preveem o comportamento desses usuários. É importante saber que isso acontece a partir da invasão de privacidade. Essas empresas coletam informações sobre a personalidade dos usuários, ou melhor, a subjetividade e depois monetizam sem o nosso consentimento.

É a partir dessas reflexões em que desponta para os Direitos Humanos uma agenda ainda muito pouco cuidada, elaborada e difundida na compreensão do avanço do racismo e do capitalismo na interface com as tecnologias digitais. Está sendo de fundamental importância disseminar essa agenda e permitir que a sociedade conheça as alternativas apresentadas: A apropriação de ferramentas abertas e livres tanto digitais quanto analógicas se mostraram fundamentais para que consigamos ter autodeterminação de fato na região amazônica. Acreditamos que o contato das cosmovisões ainda vivas nos territórios amazônicos somadas às técnicas e dispositivos que têm sido gestadas pelos movimentos Open Source podem nos dar base para uma outra forma de relação com nossos conhecimentos e com as trocas entre comunidades, grupos ativistas e talvez nos permitam incidir politicamente de modo ainda mais potente.

A segurança de dados é um direito, porém a maioria das pessoas sequer sabem do que isso diz respeito. Defendemos que todas as pessoas devem saber o que acontece quando elas acessam a



tecnologia em seus aparelhos e ser ofertado opções de escolha que não sejam compulsivamente direcionado à uma tecnologia abusiva imposta. Apesar de compreendermos diversas dimensões do assunto "tecnologia" reconhecemos que antes da "técnica" existem decisões políticas que podem ou não levar em consideração os direitos humanos, territoriais e a justiça social e é esse debate que o contexto do nosso interesse pretende instaurar e disseminar.

Tendo em vista que os fundamentos básicos da nossa organização estão assentados na ancestralidade e tecnologias digitais, com uma atuação de formação de cultura digital com amplitude nos 9 estados da Amazônia Legal. A Casa Preta tem interesse de participar das eleições do CGI com o intuito de pautar nacionalmente a questão da conectividade, inclusão digital e cultura digital especialmente nos territórios amazônicos. Uma vez que o número de organizações que atuam na Amazônia e tratam das problemáticas relacionadas a internet e cultura digital tem pouco espaço em fóruns como o CGI.

---

Anderson de Sousa Ferreira  
Coordenação Geral

Belém do Pará, 22 de Agosto de 2023